



CONTRATO DE ALOJAMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Entre as partes abaixo assinadas é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se regerá pelas seguintes cláusulas:

- A FUNDAÇÃO COI, Instituição Privada de Solidariedade Social, com sede na Av. Zeca Afonso, 2955-220 Pinhal Novo, pessoa coletiva nº 507411978, representada neste instrumento por Maria José Silva Carmo, que outorga na qualidade de Administradora Executiva da Fundação, como Primeiro Outorgante;

e

- _____, portador do nº _____ de Identificação Civil, válido até ____/____/____, residente na Rua _____, Responsável por _____, portador do n.º _____ de Identificação Civil, emitido a ____/____/____, como Segundo Outorgante.

O presente contrato regula a prestação de serviços, prestada pelo Primeiro Outorgante ao Segundo Outorgante, no âmbito da Resposta Social **Residência de Idosos, sita na Rua Fernando Lopes Graça, 30, R/C e 1º /fracções A, G e H) em Pinhal Novo**, tal como previsto no ponto n.º 5.7. do Regulamento Interno desta Resposta Social, aprovado pelo Conselho de Administração e reger-se-á pelas seguintes cláusulas:

- A celebração do presente contrato pressupõe o cumprimento prévio das formalidades de **admissão** previstas no Regulamento Interno, pontos n.º 5.1 Critérios de Admissão, n.º 5.2 Critérios de Priorização, n.º 5.3 Período de Admissão, n.º 5.4 Documentos a Entregar no Ato de Admissão, n.º 5.5. Prova de rendimentos do Agregado Familiar, n.º 5.6. Avaliação de Diagnose, n.º 7.3. Cálculo da Mensalidade, 7.4. Pagamento da mensalidade e despacho favorável de entrada, emitido pela Administração Executiva ou por quem for delegada essa competência e assinatura do presente contrato pelas partes.
- O presente contrato contempla ainda o cumprimento dos Direitos e Deveres da Instituição, referidos nos pontos n.º 3.1 e n.º 3.2, Direitos e Deveres do Cliente, referidos nos pontos n.º 3.3 e n.º 3.4, Direitos e Deveres do Responsável pelo cliente, referidos nos pontos n.º 3.6 e n.º 3.7, Direitos e Deveres da Coordenação/Equipa Técnica, referidos nos pontos n.º 3.8 e n.º 3.9 e Direitos e Deveres dos Ajudantes de Ação Direta, referidos nos pontos n.º 3.10 e n.º 3.11 do Regulamento Interno.
- O Primeiro Outorgante, mediante o presente contrato, prestará ao Segundo Outorgante os cuidados de acompanhamento técnico, alojamento, alimentação, higiene pessoal, lavagem e tratamento de roupas, promoção de assistência médica, promoção de cuidados especiais de

saúde e reabilitação, promoção no acesso aos cuidados médicos e serviços de enfermagem, previstos no ponto n.º 7.1. do Regulamento Interno.

4. Não estão incluídos na mensalidade os serviços descritos no ponto n.º 7.2. do Regulamento Interno.

5. O cliente e/ou o seu responsável deverão fazer prova anual dos rendimentos do agregado familiar, mediante documento de natureza fiscal, uma vez que a mensalidade é atualizada anualmente ou quando se verifiquem alterações no rendimento do agregado familiar. Deverá ainda ser apresentado comprovativo dos bens declarados e registados em nome do cliente nos Serviços de Finanças.

6. O valor da mensalidade é calculado de acordo com os valores que constam no Anexo ao Regulamento Interno e de acordo com a prova anual de rendimentos do agregado familiar, anualmente estabelecida.

7. Sempre que surjam dúvidas fundamentadas sobre a veracidade das declarações de rendimentos, poderão ser feitas diligências complementares que se considerem mais adequadas ao apuramento das situações, de acordo com os critérios de razoabilidade, através da solicitação de uma declaração de bens em nome do Cliente ou Responsável, emitido pelo Serviço de Finanças e/ou através de visita domiciliária.

8. A **Mensalidade** deverá ser paga até ao dia 10 do mês a que se reporta. Os pagamentos poderão ser efetuados em numerário ou Multibanco, no Gabinete de Apoio Geral, dentro do horário afixado. Também poderão ser feitos por transferência bancária, até ao dia 8 de cada mês, com posterior envio, por e-mail ou fax, do comprovativo da transferência até ao dia 10. Neste caso, deverão os Clientes ou seu Responsável levantar o respetivo recibo no Gabinete de Apoio Geral, sita na Av. Zeca Afonso, 2955 – 220 PINHAL NOVO, dentro do horário afixado.

9. Os pagamentos efetuados após o dia 10 de cada mês estarão sujeitos a um agravamento de 15%. Nos casos em que o atraso do pagamento seja superior dois meses, sem que seja apresentada uma justificação à Administração da Fundação, que seja aceite por esta, poderá ser suspensão a prestação de serviços.

10. A Residência de Idosos funciona 24h/dia, nos 7 dias da semana, durante todo o ano. Haverá ainda lugar ao cumprimento do horário das refeições, das atividades ocupacionais e das visitas, nos termos do ponto n.º 9. do Regulamento Interno.

11. O cliente poderá ser excluído da Residência de Idosos pelos seguintes motivos:

- a) Não cumprimento do preceituado no presente Contrato ou do Regulamento Interno;
- b) Não cumprimento por parte dos familiares ou pelo responsável do Regulamento Interno.

12. Em caso de desistência/interrupção, o cliente ou o seu responsável devem comunicar, em impresso próprio, o motivo, no Gabinete de Apoio Geral, com 8 dias úteis de antecedência excetuando-se o caso de falecimento ou internamento de urgência.



13. Em caso de falecimento do cliente, o(a) Coordenador(a) Técnico(a) da Residência de Idosos deverá comunicar com a maior brevidade aos familiares, e estes ficarão responsáveis pela remoção do corpo num período máximo de 3 horas após a comunicação. Os serviços a prestar pela Agência Funerária deverão ser escolhidos pelo Responsável pelo cliente, salvo se estiver delegado na Fundação COI esta responsabilidade, nos termos do ponto n.º 21. da alínea c) do Regulamento Interno da Residência de Idosos. Os encargos ou despesas do mesmo serão sempre da responsabilidade dos familiares ou do Responsável pelo cliente.

14. Motivos para a **suspensão, rescisão e/ou alteração** do presente contrato, desde que seja cumprido o ponto 12.:

- a) Não adaptação comprovada do cliente;
- b) Insatisfação das necessidades do cliente e suas famílias, por incumprimento do contratualizado, devidamente justificado;
- c) Mudança de residência;
- d) Mudança de resposta social;
- e) Comportamentos e atitudes de desrespeito e falta de urbanidade no decurso da relação contratual;
- f) Incumprimento contratual.

15. Sempre que se verifiquem alterações ao contrato, é elaborada uma adenda ao mesmo, sujeita a aprovação de ambas as partes, passando a constar do Processo Individual do cliente.

16. Em casos em que o comportamento do cliente, em consequência ou não do seu estado de saúde, prejudique o bem-estar dos restantes, perturbando o normal funcionamento da Residência, deverá para o efeito ser providenciada a assistência médica para eventual controlo do estado de saúde do cliente e se o cliente continuar a perturbar o normal funcionamento da Residência, deverá o mesmo ser retirado no prazo de 30 dias, a contar da data de aviso para o efeito (ponto n.º 20. alínea d) e e) do regulamento interno da Residência de Idosos).

17. Em caso de doença urgente ou acidente o cliente será levado à urgência hospitalar da área, e será avisado o Responsável pelo cliente para acompanhamento do cliente durante a hospitalização, conforme previsto no ponto n.º 11.5. da alínea c) do Regulamento Interno da Residência de Idosos.

18. A Fundação COI não se responsabiliza por qualquer comportamento ou doença do cliente que não sejam declarados no Ato de Admissão.

19. Em situações em que o cliente necessite de ajudas técnicas, para além das existentes na Residência de Idosos, tem ao seu dispor o Banco de Ajudas Técnicas da Fundação COI, podendo contratualizar o serviço pelo tempo necessário, mediante o pagamento do custo estabelecido no Regulamento Interno desse serviço.

20. Qualquer reclamação deve ser apresentada por escrito diretamente ao Conselho de Administração da Fundação COI, em impresso próprio a disponibilizar ou no Livro de Reclamações, nos termos da legislação vigente.

21. As alterações ao Regulamento Interno serão comunicadas ao Cliente e seus Responsáveis e as suas implicações, no presente Contrato de Alojamento e Prestação de Serviços, entrarão imediatamente em vigor.

22. Toda a informação prestada será de carácter confidencial e apenas utilizada nos serviços técnicos da Fundação COI, que intervêm diretamente no Processo Individual do Cliente. As informações acerca da permanência e estado de saúde do cliente serão transmitidas apenas ao seu Responsável ou terceiros, expressamente autorizadas por este.

23. Este contrato é considerado nulo caso se detetem omissões ou falsas declarações no período de admissão, nomeadamente em relação às declarações de saúde e de carácter económico.

24. A celebração do presente contrato pressupõe o conhecimento e a aceitação, pelo Segundo Outorgante, do Regulamento Interno da Residência de Idosos, o qual regulará todos os casos omissos no presente documento.

25. Em toda a relação contratual aplica-se igualmente a legislação vigente.

26. Toda a aquisição de bens e serviços em nome do Cliente é da responsabilidade do próprio ou do seu Responsável.

27. Considera-se aqui como reproduzido a folha "Situação Socioeconómica", com o cálculo especificado da mensalidade, devidamente aceite, datado e assinado pelo cliente/responsável, constituindo a mesma, anexo ao presente contrato, assim como futuras alterações do cálculo, sem necessidade de alteração deste.

28. Em caso de litígio de consumo, definido nos termos do disposto na Lei n.º 144/2015, de 8 de setembro, o consumidor pode recorrer à entidade de resolução alternativa de litígios de consumo competente.

29. Sem prejuízo do disposto na legislação, nos estatutos e nos regulamentos a que as entidades de resolução alternativa de litígios de consumo se encontram vinculadas, considera-se competente para dirimir o litígio de consumo, a entidade de resolução alternativa de litígios de consumo do local da celebração do contrato de compra e venda do bem ou da prestação de serviços ou em alternativa a entidade de resolução alternativa de competência especializada, caso exista para o setor em questão.

30. Caso não exista entidade de resolução alternativa de litígios com competência no local da celebração do contrato ou a(s) existente(s) não se considere(m) competente(s) em razão do valor deste, o consumidor pode recorrer ao Centro Nacional de Informação e Arbitragem de Conflitos de Consumo, sito em Lisboa, com o endereço eletrónico: cniacc@unl.pt e disponível na página www.arbitragemdeconsumo.org.

31. Este contrato será emitido em duplicado, sendo uma cópia para a Fundação COI e outra para o Cliente ou seu Responsável.

32. Depois de lido e explicado todo o conteúdo do presente documento e do Regulamento Interno, comprometem-se ambas as partes a respeitar os seus conteúdos, assinando o presente contrato.



Este contrato produz efeitos a partir da presente data e será válido por um ano, automaticamente renovável desde que não existam manifestações em contrário de uma das partes contratantes e se cumpra o preceituado no clausulado da mesma.

Pinhal Novo, ____ de ____ de ____.

Assinatura do Cliente

Assinatura do Responsável do Cliente

Administração Executiva